

O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA: A PARTIR DAS REPRESENTAÇÕES DOS ESTUDANTES DO IFMS CAMPUS CORUMBÁ

Daniel Alves Da Silva¹, Ana Elis Gimenes Rosário², Cryseverlin Dias Pinheiro Santos (orientadora)¹

Instituto Federal de Ciências e Tecnologia do Mato Grosso do Sul – Corumbá-MS

daniel.silva8@estudante.ifms.edu.br; ana.rosario@estudante.ifms.edu.br; cryseverlin.santos@ifms.edu.br

Área/Subárea: Ciências Humanas

Tipo de Pesquisa: Científica

Palavras-chave: Lei 10.639/2003; Ensino; Representação; Identidade negra.

Introdução

Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar as representações que os estudantes dos 5º e 6º semestre do Curso Técnico Integrado em Informática e Técnico Integrado em Metalurgia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS), campus Corumbá, possuem sobre a história e cultura dos povos afro-brasileiros e africanos, a partir dos conhecimentos construídos no ambiente escolar.

Em 9 de janeiro de 2003, foi aprovada a Lei nº 10.639, que alterou Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e estipulou a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica. Em março de 2008, foi promulgada a Lei nº 11.645, acrescentando à LDB ensino obrigatório de "História e Cultura Indígena". Em 20 de julho de 2010, foi promulgada a Lei nº 12.288, que institui a Lei da Igualdade Racial. Essas leis são de suma importância no combate ao racismo, e resultaram de anos de luta e pressão de vários seguimentos da sociedade, especialmente do movimento negro brasileiro. Destarte, após a promulgação das leis supracitadas, as discussões em torno das questões ético-raciais e combate ao racismo foram fortalecidas. No entanto, apesar dos avanços alcançados no campo da legislação e dos movimentos sociais, o trabalho desenvolvido em muitas instituições de ensino em relação à história e cultura afro-brasileira e africana não tem sido suficiente para garantir uma educação equitativa e antirracista. Segundo Laureano (2008), o ensino centrado na Europa ainda domina as escolas e, no trato com os negros, remete ao passado colonial, à violência hierárquica de gênero e raça. Em que a conexão com a herança africana foi silenciada.

Desse modo, o interesse de compreender em que medida a Lei 10.639/2003 está sendo aplicada, nos motivou a desenvolver este projeto, especialmente porque acreditamos que todos possuem o compromisso de lutar por uma sociedade mais justa e igualitária

Metodologia

Na definição dos procedimentos metodológicos para orientar a pesquisa, optamos por uma abordagem quali-quantitativa com a compilação e análise de dados. Quanto aos procedimentos de pesquisa, é classificada como bibliográfica, de levantamento de dados e pesquisa de campo.

No primeiro momento, realizamos reuniões com a professora orientadora do projeto que sugeriu leituras e

fichamentos de artigos e livros. Nesse sentido, os estudos de Munanga (2005, 2012), Gomes (2005, 2011), Hall (2005, 2006) e a Lei 10.639/2003 orientam o processo dessa pesquisa. Em seguida, foram realizadas conversas informais com os estudantes do IFMS campus Corumbá sobre a temática de pesquisa. Essa etapa de observação tem como intuito contribuir no processo de elaboração dos questionários.

Desse modo, foi possível elaborar as questões para o primeiro questionário a ser aplicado entre os discentes. Os estudantes dos 5º e 6º semestre (2020.2) foram selecionados como participantes da pesquisa por compreendermos que devido estarem próximos de concluir o curso tiveram a oportunidade de vivenciar um número maior de experiências escolares relacionadas a temática de pesquisa. Além disso, a grade curricular contempla até o 6º semestre as disciplinas da área do eixo comum.

A segunda fase da pesquisa inclui a aplicação e análise dos questionários. Os questionários serão compostos por perguntas objetivas e discursivas, como intuito de possibilitar uma análise mais aprofundada dos dados. No corpo dos questionários serão apresentados os objetivos da pesquisa, a importância da colaboração dos discentes e a garantia que nenhum dos participantes será identificado. Os questionários serão compartilhados através de um link com as turmas participantes da pesquisa, desse modo, os discentes poderão escolher o melhor momento para responder, desde que, esteja dentro do prazo de entrega.

Assim, pretendemos aplicar um total de três questionários. O primeiro questionário já foi aplicado no início do mês de setembro. Contudo, antes de encaminhar o questionário 1, foram realizados dois testes, no qual dois estudantes de cada curso responderam ao questionário teste. Assim, conforme a devolutiva dos estudantes, realizamos alterações no corpo das questões, com o intuito de facilitar a compreensão de todos os participantes da pesquisa. O segundo questionário ainda será aplicado e pretende conhecer as representações dos alunos sobre a história e a cultura dos afro-brasileiros e da África; e o terceiro busca verificar se as atividades desenvolvidas pela instituição/docentes estão sendo suficientes para promover o combate ao racismo e valorizar a história e cultura afro-brasileira e africana.

Por fim, a partir das leituras e análise de dados dos questionários, será elaborado um blog com a finalidade de apresentar materiais e indicações de (livros, artigos, filmes, músicas, textos, cursos, eventos, e, entre outros) assuntos relacionados a história e cultura afro-brasileira e africana.

Desse modo, esperamos fornecer um material de apoio para docentes e discentes desenvolver novos estudos e práticas sobre a temática de pesquisa.

Resultados e Análise

Esta pesquisa está em fase de desenvolvimento. Desse modo, realizamos apenas a análise do primeiro questionário, cujo objetivo é identificar se os docentes e o IFMS campus Corumbá estão desenvolvendo atividades/ações relacionadas a Lei 10.639/2003. O questionário contou com oito questões, sendo que duas estão representadas nos gráficos 1 e 2 abaixo.

Qual a frequência em que assuntos relacionados a história e a cultura afro-brasileira e africana aparecem nas aulas das disciplinas do eixo comum (Matemática, Química, Língua Portuguesa, Geografia, História..).

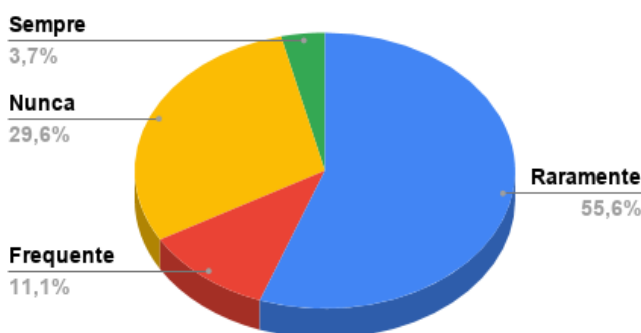


Figura 1- Gráfico 1

A instituição ou algum(a) professor(a) já realizou com os(as) estudantes visitas a museus, monumentos, ou eventos que proporcionasse o conhecimento sobre a história e/ou manifestações culturais afro-brasileiras e africanas ?

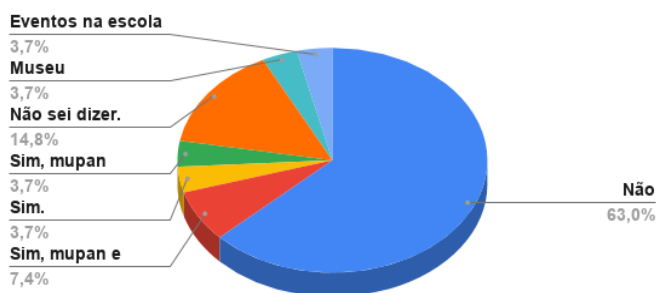


Figura 2- Gráfico 2

Através do gráfico 1, verificamos que do total de vinte e sete estudantes que responderam ao questionário, 55,6% afirmaram que raramente nas aulas das disciplinas do eixo comum são trabalhados assuntos relacionados a história e cultura afro-brasileira e africana. Já no gráfico 2, fica evidente que a maioria dos discentes (63%) acreditam que a instituição e os docentes não realizam eventos, visitas, ou qualquer outra manifestação que vise proporcionar conhecimento sobre a história ou cultura afro-brasileira e africana. Nesse gráfico, é possível observar que alguns

estudantes responderam que já participaram de eventos, através da instituição/docentes, que promovessem a discussão ou valorização da temática. Contudo, ainda é um número muito inexpressivo diante da importância da contribuição da população negra para sociedade brasileira.

Com a realização dos demais questionários, espera-se verificar se as atividades promovidas no IFMS campus Corumbá estão de fato estão contribuindo para efetivação da Lei 10.639/2003, de modo a romper com a lógica eurocêntrica, valorizar o patrimônio histórico e cultural dos negros, desconstruir estereótipos e lutar contra qualquer forma de preconceito, discriminação e racismo.

Portanto, acreditamos que está pesquisa pode proporcionar retorno social à comunidade escolar, pois a partir da análise das representações dos alunos, podemos contribuir para a mudança da realidade na qual estão inseridos. Assim, esperamos que a instituição de ensino e os docentes reflitam sobre suas práticas pedagógicas e adotem medidas para viabilizar a aplicação da Lei 10.639 /2003.

De acordo com Munanga (2012), é preciso desconstruir a negatividade presente no imaginário coletivo e reconstruir uma história de uma humanidade íntegra, de modo a construir uma identidade negra que o reconheça não apenas como objeto histórico, mas como sujeito que participa da formação da história e cultura brasileira. Nesse sentido, acreditamos, que a valorização dos aspectos positivos da história e cultura afro-brasileira e africana, e o combate as práticas racistas podem contribuir na autoestima, melhora do rendimento escolar e até mesmo no processo de (re)construção de identidade dos alunos negros.

Agradecimentos

Agradecemos ao IFMS Campus Corumbá pela oportunidade por estar desenvolvendo esta pesquisa e aos discentes que estão colaborando no preenchimento dos questionários.

Referência

BRASIL. **Lei 10.639/2003**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: encurtador.com.br/mqM07. Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL. **Lei 11.645/2008** de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: encurtador.com.br/iCLP0. Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL. **Lei 12.288/2010** de julho de 2010. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: encurtador.com.br/kwDK1. Acesso em: 25 jul. 2020.

LAUREANO, Marisa Antunes. **O ensino de História da África. Ciências & Letras**, n. 44, p. 333-349, 2008. Disponível em: encurtador.com.br/hBEQV. Acesso em: 09 ago. 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 4, n. 8, p. 06-14, 2012.